

# Alterações laborais tiveram impacto igual ao que teria tido a TSU

Observatório sobre Crises e Alternativas conclui que os trabalhadores perderam 725 milhões com alterações ao Código do Trabalho. Trabalhador médio terá tido um corte de 3%. Empresas pouparam até 2,2 mil milhões

**NUNO AGUIAR**  
naguiar@negocios.pt

O agravamento da Taxa Social Única (TSU) nunca chegou a sair do papel, mas o Governo alcançou a mesma transferência de riqueza dos trabalhadores para as empresas através das alterações ao Código do Trabalho introduzidas em Junho de 2012. Esta é uma das principais conclusões do relatório "Anatomia da crise: identificar os problemas para construir as alternativas", publicada ontem pelo Observatório sobre Crises e Alternativas.

O documento tem como objectivo fazer um balanço do impacto de três anos de austeridade, dedicando especial atenção às consequências para os salários. "Assume-se a austeridade como uma forma de economia política, que conheceu alternativas nas fases iniciais de 'gestão' da crise, mas que a seguir passou a ser sistematicamente formulada tendo em vista agir sobre o modelo social e político, revolucionando-o estruturalmente através do modo como considera o trabalho e o Estado", apontam os autores do estudo, entre os quais estão Manuel Carvalho da Silva, José Reis, Nuno Teles, João Rodrigues e José Manuel Pureza.

Segundo o relatório, que será apresentado esta quarta-feira à tarde na Fundação Calouste Gulbenkian, as alterações laborais fizeram os trabalhadores perder até 724,9 milhões de euros só em 2013, devido a quebras na remuneração de trabalho suplementar e reduções dos feriados. Segundo o estudo, um trabalhador médio português - com salário de 962 euros, 157 horas de trabalho suplementar por ano e que trabalhe em quatro feriados - perderá 2,9% do seu rendimento anual,

só com as alterações ao Código do Trabalho feitas em Junho de 2012.

Do lado das empresas, o Observatório calcula que as poupanças atinjam valores até 2,2 mil milhões de euros, uma vez que, à remuneração inferior das horas extraordinárias e feriados, é necessário acrescentar os ganhos conseguidos com a eliminação de dias de férias e fim de descanso compensatório por trabalho suplementar. "No total, as empresas poderão beneficiar anualmente de uma subida do seu exce-

dente bruto que situar-se-á, por defeito, entre 1,5 e 2,2 mil milhões de euros", lê-se no documento.

As alterações à TSU apresentadas no final de 2012 previam uma descida de 5,75 pontos percentuais para as empresas. Muito contestada, por trabalhadores e patrões, a medida acabou por cair. "A descida da TSU representaria um custo para os trabalhadores próximo dos 2,3 mil milhões de euros", escrevem os autores. "Como se pode observar comparando a dimensão dos valores em questão, o efeito pretendido com a alteração da TSU foi alcançado através das alterações do Código do Trabalho em 2012 que terão tido uma dimensão semelhante ou mesmo superior."

O impacto das novas regras laborais também se sentiu na receita da Segurança Social, que terá caído entre 66,1 e 251,9 milhões de euros.

## Diagnóstico: austericídio

"E esta é só a parte que está quantificada. Existem outros efeitos", explica ao **Negócios**, Carvalho da Silva, ex-secretário-geral da CGTP e actual coordenador do Observatório sobre Crises e Alternativas. Apesar de a actual situação "provocar dificuldades às empresas, a ideia de que pode ser resolvida pelos salários do privado é demolidora".

O relatório aponta que os esforços de austeridade que estão a ser aplicados já não têm como objectivo responder à crise, mas sim executar um programa político, tendo provocado o empobrecimento de famílias e empresas. A isto, o relatório chama "austericídio, para usar um neologismo importado de Espanha, a estratégia do 'custe o que custar', para recorrer a uma expressão muito repetida pelo primeiro-ministro português."

## Que é o Observatório sobre Crises e Alternativas?

 O Observatório sobre Crises e Alternativas foi criado pelo Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra em Abril de 2012, em colaboração com a Organização Internacional do Trabalho (OIT). Assume como o objectivo a "luta contra o pensamento único", procurando "tornar mais precisos o diagnóstico e a caracterização das crises que a sociedade portuguesa vive", acompanhar as políticas públicas e identificar soluções e respostas que "alarguem o leque de alternativas". Manuel Carvalho da Silva, ex-secretário-geral da CGTP, é o coordenador do Observatório, mas também pertencem à equipa Boaventura de Sousa Santos, Francisco Louçã, José Manuel Pureza e José Reis.



**Cresce emigração entre os jovens** | Em 2011, 48% dos emigrantes tinham entre 20 e 29 anos.

## O QUE PERDERAM OS TRABALHADORES

Medida	Explicação	Valor
<b>Horas extraordinárias</b>	4275 mil pessoas que admitem trabalhar horas extraordinárias, numa média de 360 horas/ano. Contudo, como o limite legal é 150 horas (micro e pequenas empresas) e 165 horas (restantes), foi calculado um valor médio de 157 horas anuais. Esta estimativa inclui uma desagregação por escalões de horas.	<b>632 milhões</b>
<b>Redução da retribuição de feriados</b>	Considerando que um milhão de pessoas trabalha aos domingos, os autores consideram que uma média de 300 mil pessoas trabalha todos os feriados. Esta estimativa parte da redução de 50% da retribuição do pagamento de 8 feriados a 300 mil pessoas.	<b>53 milhões</b>
<b>Dois feriados que calharam em dia útil</b>	Este ano, dois dos feriados eliminados pelas alterações à legislação laboral calharam num dia útil, fazendo com que essa média de 300 mil trabalhadores - utilizada em cima - percam a totalidade da retribuição por trabalho num feriado.	<b>26,6 milhões</b>
<b>Dois feriados que calharam no fim-de-semana</b>	A lógica é exactamente a mesma da medida anterior, mas neste caso os feriados eliminados calharam num fim-de-semana. Aqui, os tais 300 mil trabalhadores perdem 50% da retribuição paga pelo trabalho num feriado.	<b>13,3 milhões</b>
<b>Redução do número de dias de descanso</b>	É uma das medidas introduzidas com a alteração ao Código do Trabalho que não tem quantificação. Os trabalhadores perderam três dias de férias e perderam o descanso compensatório atribuído com o trabalho suplementar. No entanto, para as empresas, isso traduz-se num aumento do seu excedente bruto.	<b>?</b>



3 anos. Em 2012, essa percentagem tinha subido para 57%.

Impacto das alterações à legislação laboral de 2012 para um "trabalhador médio"



Compensação por despedimento

**-4.869,74 €**

Considerou-se aqui um trabalhador com ordenado base de 962,4 euros (salário médio nacional), que trabalhe a média de 157 horas extraordinárias por ano (a média de quem faz horas suplementares são 360), com 20 anos de serviço, sem quebras de assiduidade e que trabalhasse quatro feriados. O ano usado é o de 2013.

Fonte: Observatório sobre Crises e Alternativas

#### NOTA METODOLÓGICA

Estes exercícios do Observatório partem de alguns pressupostos que é necessário explicar. Para o exemplo do trabalhador, utiliza-se o salário médio nacional e considera-se que são trabalhadas o máximo de horas extraordinárias permitidas por lei (média entre pequenas empresas e as restantes). Apesar de normalmente esse limite ser infringido, a realidade é que "apenas" 4275 mil portugueses faz horas extraordinárias. Quanto à indemnização, a estimativa aqui apresentada parte do princípio que o empregador pretendesse rescindir o contrato dentro de dez anos.

Remuneração anual (total)

**-351,18 €**

Trabalho suplementar anual

**-217,93 €**

Total dos quatro feriados de 2013 trabalhados

**-133,26 €**

Descanso anual (diferença sobre dias de descanso)

**-7,9 dias**

Descanso compensatório por trabalho suplementar

**-4,9 dias**

Férias

**-3 dias**

Feriados (dias)

(diferença sobre dias de descanso)

**0 a -4**

Receita da Segurança Social (total)

**-122,04 €**

Contribuições do trabalhador

**-83,41 €**

Contribuições da empresa

**-38,63 €**

## PERGUNTAS A

### ● MANUEL CARVALHO DA SILVA

COORDENADOR DO OBSERVATÓRIO

SOBRE AS CRISES E ALTERNATIVAS

## Eliminar um direito, é desconvocar deveres

**O documento não apresenta conclusões finais, nem alternativas. Porquê?**

Esta é ainda uma versão preliminar. Esperamos que na mesa redonda de amanhã suscite novas perspectivas. Haverá um capítulo final de sugestões e alternativas. Importa referir que apesar desta crise ter uma forte vinculação à arquitetura europeia e ao sistema financeiro mundial, não pode haver só alternativas quando estiverem resolvidos os problemas globais.

**É possível ter alternativas sem discutir a permanência de Portugal no euro?**

No plano europeu não podemos viver numa lógica de seguidismo. Não queremos assumir uma posição radical sobre o euro e a permanência na União Europeia, mas é preciso discutir. Uma Europa a caminhar assim impede o nosso País de se desenvolver. Existem inúmeros consensos no terreno. Vários pareceres do CES [Conselho Económico e Social] têm posições apoiadas por consenso [entre confederações empresariais e trabalhadores] em relação ao modelo de desenvolvimento, caminho para o crescimento, modernização do Estado, combate à pobreza...

**Uma publicação recente do INE conclui que, apesar da degradação das condições materiais, os portugueses estão a viviam em 2012 melhor do que em 2004.**

Grande parte dos impactos negativos na Saúde e na Educação, por exemplo, estão só agora a manifestar-se significativamente. Na Ciência, por exemplo, vamos assistir a um trambolhão impressionante.

**A capacidade de resiliência dos portugueses e da economia à austeridade está a surpreendê-lo?**

Reconheço essa capacidade, mas importa lembrar – e eu fui

**No plano europeu não podemos viver numa lógica de seguidismo. Uma Europa a caminhar assim impede o nosso País de se desenvolver.**

muitos anos líder sindical – que sempre fizemos esforços para evitar rupturas, o que talvez explique alguma dessa capacidade. Alguns milhares de portugueses estão fora deste compromisso e se se mantiverem no poder poderão acabar com essa capacidade de resistência dos portugueses.

**Para responder a uma maior vulnerabilidade social, o Governo tem apostado em cantinas sociais e instituições sem fins lucrativos. É o caminho certo?**

É caridade e paternalismo. Um recuo social e uma das rupturas mais violentas e ideologicamente marcadas.

**E a recuperação da economia a que temos assistido? Poderá ter um impacto positivo no próximo ano?**

Foi uma travagem da queda. Não se criaram condições para se criar riqueza. Perdemos capacidade de criar riqueza para pagar a dívida. A repartição da riqueza tornou-se mais injusta e o Estado tem cada vez menos capacidade de resposta. Importa lembrar que sempre que se retira um direito, desconvoa-se também um conjunto de deveres para com a sociedade.

## IDEIAS-CHAVE

QUE OUTROS PONTOS REFERE O RELATÓRIO

**Efeito recessivo** muito mais profundo do que se antecipava

O relatório do Observatório nota que o impacto recessivo das medidas de austeridade aplicadas pelo Governo desde 2010 foi muito superior aquilo que se antecipava inicialmente. "O efeito recessivo foi muito maior que o estimado, -6,3% de contracção do PIB, entre 2011 e 2013, contra uma estimativa de redução de 2,8%", pode ler-se. A taxa de desemprego atingiu níveis muito mais elevados (17,4% vs. 13,3%), ao mesmo tempo que o ajustamento do défice e da dívida ficou aquém das expectativas. "Défice de 9,7 mil milhões, em 2013, contra um objectivo de 5,2; dívida de 124% do PIB, em 2012, contra um objectivo de 112,2%."

**Desemprego** não aumenta mais devido à emigração

"Os números do desemprego só não são ainda mais avassaladores porque em 2011, segundo o INE, emigraram mais de 100 mil pessoas e em 2012 mais de 120 mil", aponta o estudo do Observatório. Em 2011, 48% dos emigrantes tinham entre 20 e 40 anos. Em 2012, essa percentagem tinha subido para 57%. O Observatório avisa que o desemprego prolongado – um problema português – "corrói as capacidades individuais, tendendo a transformar activos em inactivos, a emigração desnata a população das pessoas mais dinâmicas e possivelmente mais qualificadas, a quebra do investimento torna os equipamentos e as infraestruturas obsoletas."